

Governo do Distrito Federal Gabinete do Governador

Consultoria Jurídica

Mensagem Nº 268/2024- GAG/CJ

Brasília, 23 de outubro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor **WELLINGTON LUIZ**Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei, que abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 15.302.964,00.

A justificação para a apreciação do projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal.

Considerando que a matéria necessita de apreciação com a máxima brevidade, solicito, com fundamento no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente proposição seja apreciada em regime de urgência.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência e a Vossos Pares protestos do mais elevado respeito e consideração.

Atenciosamente,

IBANEIS ROCHA

Governador



Documento assinado eletronicamente por **IBANEIS ROCHA BARROS JÚNIOR - Matr.1689140-6**, **Governador(a) do Distrito Federal**, em 23/10/2024, às 16:15, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **154460155** código CRC= **B7694CBE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti, Palácio do Buriti, Térreo, Sala T32 - Bairro Zona Ciívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF Telefone(s): 6139611698 Sítio - www.df.gov.br

04044-00033252/2024-27 Doc. SEI/GDF 154460155



PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Autoria: Poder Executivo)

Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do **Distrito** Federal no valor de R\$ 15.302.964,00.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

- Art. 1º Fica aberto, nos termos dos art. 61 e 66 da Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2024 (Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023), crédito adicional, no valor de R\$ 15.302.964,00, com a seguinte composição:
- I crédito suplementar, no valor de R\$ 15.288.107,00, para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos IV e V; e
- II crédito especial, no valor de R\$ 14.857,00, para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo VI.
- Art. 2º O crédito adicional de que trata o art. 1º será financiado da seguinte forma:
- I para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo IV, pelo excesso de arrecadação das fontes de recursos: 123 - amortização de financiamentos, e 220 - diretamente arrecadados, nos termos do art. 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme Anexo I; e
- II para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos V e VI, pela anulação de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1°, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme Anexos II e III.
- Art. 3º Em função do disposto no art. 2º, I, as receitas ficam acrescidas na forma do Anexo I.
 - Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

2.247.384

FISCAL

		RECEITA			
ANEXO À L	EI Nº			RE	CURSO DE TODAS AS FONTES
26	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOB. DO DF				
26205	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM				
	ESPECIFICAÇÃO	ESFERA ORÇAMENTÁRIA	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Dir	FISCAL			2.247.384 2.247.384
13000000	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Dir	FISCAL		2.247.36 2.247.36	
13100000	0 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Dir				
s/n° (154505061)	01 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Dir	FISCAL	2.247.384 2.247.384		
				TO	TAL 2.247.384

1.485.514

1.485.514

TOTAL

FISCAL

de

RECEITA ANEXO À LEI Nº **RECURSO DE TODAS AS FONTES** DISTRITO FEDERAL 99999 DISTRITO FEDERAL ESPECIFICAÇÃO ESFERA ORÇAMENTÁRIA DESDOBRAMENTO FONTE CATEGORIA ECONÔMICA 20000000 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal 1.485.514 **FISCAL** 1.485.514 Projeto 23000000 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal 1.485.514 **FISCAL** 1.485.514 Lei s/nº (154505061) 23100000 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal 23110711 Amortização de Financiamentos em Geral - Principal 1.485.514 **FISCAL** 1.485.514

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 9000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Unidade: 9106 ADM. REG. DE BRAZLÂNDIA

	SCAL E DA SEGURIDA								
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R E G	E S F	G N D	M O D	U S O	F T E	DOTAÇÃO
6206	ESPORTE E	LAZER		-	-	-	-	-	41
		PROJETOS							
27 812	6206 3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS							410
27 812	6206 3678 0163	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS- BRAZLÂNDIA	4	F	3	90	0	1500.100	410
6209	INFRAESTRI	L UTURA				<u> </u>	<u> </u>		276.270
		PROJETOS							
15 451	6209 1110	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO							276.270
15 451	6209 1110 0232	EXECUÇÃO DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	4						
				F	3	90	0	1500.100	238.730
				F	4	90	0	1500.100	37.540
6219	CAPITAL CU	LTURAL							199.300
		PROJETOS							
13 392	6219 3304	APOIO À AÇÕES DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL							3.000
13 392	6219 3304 0006	APOIO À AÇÕES DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLANDIA- BRAZLÂNDIA	4	F	3	90	0	1500.100	3.000
13 392	6219 3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS							196.300
13 392	6219 3678 0164	REALIZAÇÃO DE EVENTOS-REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS- BRAZLÂNDIA	4						
				F	3	90	0	1500.100	196.300
8205	REGIONAL -	GESTÃO E MANUTENÇÃO					•		80.000
		PROJETOS							
15 451	8205 3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS							80.000
15 451	8205 3903 0041	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	4						
				F	4	90	0	1500.100	80.000
TOTAL - FISCA	L				_				555.980
TOTAL - GERA	<u> </u>							<u></u>	555.980

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

⁽EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

ANEXO II R\$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 9000 CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
Unidade: 9121 ADM. REG. DA CANDANGOLÂNDIA

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R	E	G	М	U	F	DOTAÇÃO
1 0110.	TROOKAWATIOA	T KOOKAWAAAAAA TAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAAA	Е	s	N	Ö	Š	T T	BOTAÇÃO
			G	F	D	D	0	E	
6209	INFRAESTRI	JTURA							708.000
		ATIVIDADES							
04 451	6209 8508	MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS							708.000
04 451	6209 8508 0014	(***) MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS-MANUTENÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS EM CANDANGOLÂNDIA- CANDANGOLÂNDIA	19						
		AREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS EM CANDANGOLANDIA- CANDANGOLANDIA		l _F	3	90	0	1500.100	708.000
6219	CAPITAL CU	I TUDAI		<u> </u>		00	Ů		50.000
0219	CAFITAL CO	ATIVIDADES							30.000
13 392	6219 4090	APOIO A EVENTOS		Ι	1				50.000
13 392	6219 4090 0160	APOIO A EVENTOS-APOIO A EVENTOS CULTURAIS- CANDANGOLÂNDIA	19						
.0 002			. 0	l _F	3	90	0	1500.100	50.000
8205	PECIONAL	I GESTÃO E MANUTENÇÃO		<u> </u>		00	Ů		382.000
0203	REGIONAL -	ATIVIDADES							302.000
04 122	8205 2396	CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		ı					298.000
04 122	8205 2396 0038	(***) CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-	19						255,555
04 122	0200 2000 0000	CANDANGOLÂNDIA- CANDANGOLÂNDIA	10						
				F	3	90	0	1500.100	298.000
04 122	8205 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS							54.000
04 122	8205 8517 0080	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA	19						
		REGIONAL- CANDANGOLANDIA		F	3	90	0	1500.100	54.000
04 126	8205 2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO							30.000
04 126	8205 2557 0048	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-	19						
		ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- CANDANGOLÂNDIA		_	_		_		
<u>L</u>				F	3	90	0	1500.100	30.000
TOTAL - FISCAL									1.140.000
TOTAL - GERAL									1.140.000

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

⁽ÉP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DF

Unidade: 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Projeto	FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R E G	E S	G N D	M O D	U S O	F T E	DOTAÇÃO
o de	0010	CARITAL OL	TTIDA!	G	Į F	D D	υ	0	<u> </u>	5.040.700
	6219	CAPITAL CU	ATIVIDADES							5.343.780
<u>O</u> .	13 392	6219 2417	MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA	1	1	l	ı	ı		100.000
S/Nº	13 392	6219 2417 0001	MANUTENÇÃO DA RÁDIO CULTURA-SECRETARIA DE CULTURA- PLANO PILOTO .	99						100.000
	10 002	0213 2417 0001	UNIDADE MANTIDA(UNIDADE)0			-				
(154505061)			GNIDADE MANTIDA(GNIDADE)0		F	3	90	0	1500.100	100.000
95	13 392	6219 2803	REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIA		l '		30		1300.100	370.000
06	13 392	6219 2803 0001	REALIZAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE BRASÍLIADISTRITO FEDERAL	99		-				370.000
	10 002	0213 2003 0001	EVENTO REALIZADO(UNIDADE)0							
			EVENTO NEALIZADO(ONIDADE)0		l _F	3	90	0	1500.100	370.000
S	13 392	6219 2810	APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCA		'		30	ľ	1300.100	350.000 350.000
П	13 392	6219 2810 0001	APOIO AO PROJETO CULTURA EDUCADISTRITO FEDERAL	99						000.000
040	10 002	0210 2010 0001	PROJETO APOIADO(UNIDADE)0							
)44			THOUSE OF THE OWNER (CHAISTASSE)		l _F	3	90	0	1500.100	350.000
-00	13 392	6219 2815	APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA		'		""	ľ	1000.100	400.000
EI 04044-00033252/2024-27	13 392	6219 2815 0001	APOIO AO CARNAVAL DE BRASÍLIA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO	99						400.000
32	10 002	021020100001	FEDERAL							
52			EVENTO APOIADO(UNIDADE)0							
202					F	3	90	0	1500.100	400.000
124-	13 392	6219 2831	REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS							100.000
27	13 392	6219 2831 0001	REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	99						
pg.			ATIVIDADE REALIZADA(UNIDADE)0							
00					F	3	90	0	1500.100	100.000
	13 392	6219 2962	PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL							670.000
	13 392	6219 2962 0001	PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURALDISTRITO FEDERAL	99						
			AÇÃO REALIZADA(UNIDADE)0							
					F	4	90	0	1500.100	670.000
	13 392	6219 4012	FOMENȚO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PREMIAÇÃO							933.780
	13 392	6219 4012 0002	HONORÍFICA FOMENTO E INCENTIVO PARA A CULTURA E AS ARTES - PR - DISTRITO	99						
	10 002	3210 7012 0002	FEDERAL	"						

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DF

Unidade: 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R E	E S	G N	M O D	U S O	F T F	DOTAÇÃO
		PRÊMIO CONCEDIDO(UNIDADE)0	G	F	D	D	0	E	
		T NEIMIO CONCEDIDO(UNIDADE)0		F	3	90	0	1500.100	933.780
13 392	6219 4023	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA ARTE URBANA		·	3	90	ľ	1300.100	180.000
13 392	6219 4023 0001	DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA ARTE URBANA	00						100.000
13 392	6219 4023 0001	DISTRITO FEDERAL PROGRAMA IMPLANTADO(UNIDADE)0	99						
				F	3	90	0	1500.100	180.000
	ı	PROJETOS							
13 392	6219 3308	APOIO ÀS AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA							500.000
13 392	6219 3308 0001	APOIO ÀS AÇÕES DE LIVRO, LEITURA E LITERATURA-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL AÇÃO REALIZADA(UNIDADE)0	99						
		Trend Ne		F	3	90	0	1500.100	500.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS		·	ŭ	00		1000.100	000.000
13 392	6219 9075	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS					ı -		1.740.000
13 392	6219 9075 0004	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-SECRETARIA DE	99						10.000
10 002	0210 0070 0001	CULTURA-DISTRITO FEDERAL							
				F	3	50	0	1500.100	1.740.000
3219	CULTURA - C	GESTÃO E MANUTENÇÃO							350.000
		ATIVIDADES							
13 122	8219 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS							200.000
13 122	8219 8517 9634	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL UNIDADE MANTIDA(UNIDADE)0	99						
				F	4	90	0	1500.100	200.000
	1	PROJETOS	<u>I</u>	1	ı		·	<u>. </u>	
13 126	8219 1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO					I		150.000
	8219 1471 2539	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SECRETARIA DE CULTURA- DISTRITO FEDERAL	99						
13 126		SISTEMA MELHORADO(UNIDADE)0							

Projeto de

(154505061)

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DF

Unidade: 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

5.0	FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R E G	E S F	GZD	МОО	0 % C	F T E	DOTAÇÃO
5	TOTAL - FISCAL									5.693.780
)	TOTAL - GERAL	_							<u> </u>	5.693.780

(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

(EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 21000

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Unidade: 21101

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R	E	G	М	U	F	DOTAÇÃO	
			I E	S	N	0	S	T		
			G	<u> </u>	_ <u> </u>	_ <u></u>	0			
6210	MEIO AMBIE	NTE							47.449	
		ATIVIDADES								
18 541	6210 2535	GESTÃO DA FAUNA							47.449	
18 541	6210 2535 0002	GESTÃO DA FAUNADISTRITO FEDERAL	99							
i		FAUNA MANTIDA(UNIDADE)0								
				F	3	90	0	1500.100	47.449	
TOTAL - FISCAL								_	47.449	
TOTAL - GERAL									47.449	

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

⁽ÉP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

ODÉDITO OLIDI EMEN

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 26000

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Unidade: 26101

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FI	SCAL E DA SEGURIDA	ADE SOCIAL							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R	Е	G	М	U	F	DOTAÇÃO
D			E	S	N	0	S	T	,
2			G	Į F	D	D	0	E	
6216	MOBILIDADE	E URBANA							2.000.000
₾.		PROJETOS							
26 453	6216 3181	REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS							2.000.000
26 453	6216 3181 0003	REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROSDISTRITO FEDERAL	99						
7		OBRA REALIZADA(METRO QUADRADO)0							
157				F	4	90	0	1500.100	2.000.000
TOTAL - FISCAI	L								2.000.000
TOTAL - GERAL	_								2.000.000

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

⁽ÉP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 26000 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Unidade: 26205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R E G	E S F	G N D	M O D	U S O	F T E	DOTAÇÃO
16	MOBILIDADE	URBANA							1.155
		ATIVIDADES							
26 131	6216 8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA							810
26 131	6216 8505 0006	PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DER-DF- PLANO PILOTO . PUBLICIDADE E PROPAGANDA REALIZADA(UNIDADE)0	99						
				F	3	90	0	1899.220	300
				F	3	90	0	1752.237	90
				F	3	91	0	1752.237	19
26 131	6216 8505 7904	PUBLICIDADE E PROPAGANDA-PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA DER- DISTRITO FEDERAL PUBLICIDADE E PROPAGANDA REALIZADA(UNIDADE)0	99						
				F	3	90	0	1752.237	14
				F	3	91	0	1752.237	9
26 451	6216 2886	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS							9
26 451	6216 2886 0001	(***) CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS-DER-DF-DISTRITO FEDERAL ÁREA URBANIZADA MANTIDA(METRO QUADRADO)0	99						
				F	3	90	0	1752.237	9:
26 782	6216 2316	CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS							15
26 782	6216 2316 0001	(***) CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS - PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS-EM RODOVIAS DO-DISTRITO FEDERAL OBRA DE ARTE ESPECIAL CONSERVADA(UNIDADE)0	99						
				F	3	90	0	1752.237	150
		PROJETOS							
26 782	6216 3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS							10
26 782	6216 3711 6161	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ESTUDOS AMBIENTAIS-DISTRITO FEDERAL ESTUDO REALIZADO(UNIDADE)0	99						
				F	3	90	0	1752.237	10
17	SEGURANCA	A PARA TODOS			1				460

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

OKEDITO 00	I LLINEIVIAIX - AINOLAÇAC	CANCELAMENTO							
ANEXO À LEI	Nº								
Orgão: 26	000 SECRETARIA D	DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL							
Unidade: 26	205 DEPARTAMENT	TO DE ESTRADAS DE RODAGEM							
,	O FISCAL E DA SEGURIDA	DE SOCIAL							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R	E	G	I м	U	F	DOTAÇÃO
FUNC.		1.10011/11/11/10/002111020/11/102010	E G	S	N D	0	S	T E	2017.Q7.10
de			Į G	<u> </u>	<u> </u>	<u>Г</u>		<u> </u>	
0		ATIVIDADES							
<u>\$\infty\$</u> 26 782	6217 2904	MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO							460.000
26 782	6217 2904 0001	MANUTENÇÃO DA ESCOLA VIVENCIAL DE TRÂNSITO-DER-DF- SOBRADINHO	5						
(1545		ESCOLA MANTIDA(UNIDADE)0		_	_	l			
0				F	3	90	0	1752.237	460.000
8216	MOBILIDADE	URBANA - GESTÃO E MANUTENÇÃO ATIVIDADES							503.000
26 128	8216 4088	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES		T		1	1	T	166.000
26 128	8216 4088 0019	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	99						100.000
S	1	SERVIDOR CAPACITADO(UNIDADE)0							
				F	3	90	0	1752.237	166.000
26 451	8216 2396	CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS							268.000
26 451 26 451	8216 2396 5323	(***) CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS- DER-DF-DISTRITO FEDERAL	99						
033		UNIDADE MANTIDA(UNIDADE)0		l F	3	90	0	1752.237	268.000
825		PROJETOS		r	3	90		1752.257	200.000
04 451	8216 3086	AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS		1		1	1	T	49.000
	8216 3086 0001	AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DISTRITO FEDERAL	99						
04 451		PRÉDIO AMPLIADO(METRO QUADRADO)0							
_				F	3	90	0	1752.237	49.000
04 451	8216 3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS							10.000
04 451	8216 3903 0008	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-DISTRITO FEDERAL	99						
		PRÉDIO REFORMADO(METRO QUADRADO)0							
				F	3	90	0	1752.237	10.000
26 122	8216 3983	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS							10.000
26 122	8216 3983 0003	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS-DISTRITO FEDERAL CONSULTORIA/AUDITORIA REALIZADA(UNIDADE)0	99						
				F	3	90	0	1752.237	10.000

(154505061)

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 26000 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Unidade: 26205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

U				-						
0	FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R	E	G	М	U	F	DOTAÇÃO
Œ				E	l s	N	0	s	Т	
0				G	F	D	D	0	E	
de	TOTAL - FISCAL									2.118.000
0	TOTAL - GERAL									2.118.000

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

⁽EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

R\$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES

CANCELAMENTO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 9000

CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Unidade: 9137

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRA - RA - XXXIII

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ON O										
roieto	FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R E G	E S F	G N D	M O D	U S O	F T E	DOTAÇÃO
820	5	REGIONAL -	GESTÃO E MANUTENÇÃO							14.857
D.			ATIVIDADES							_
0/0	04 122	8205 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS							14.857
0	04 122	8205 8517 0172	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS ARNIQUEIRA	33						
154					F	3	90	0	1500.100	14.857
∑ TO1	ΓAL - FISCAL									14.857
TOT	ΓAL - GERAL									14.857

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

Projeto de Lei s/nº (15450506

⁽EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 20000

SECRETARIA DE ESTADO DE DESELVOVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

Unidade:

20902

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

ONÇAMENTOTI	SCAL L DA SEGUNDA	DE SOCIAL								
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R E G	E S F	G N D	M O D	U S O	F T E	DOTAÇÃO	
6207	DESENVOLV	/IMENTO ECONÔMICO	-	-	-	-	-		1.485.514	
<u>D</u> .	OPERAÇÕES ESPECIAIS									
04 661	6207 9132	PAGAMENTO DE CRÉDITOS							1.485.514	
04 661	6207 9132 0002	PAGAMENTO DE CRÉDITOS DO FUNDEFE	99							
7		-(-)0								
57 0				F	5	90	0	1799.123	1.485.514	
TOTAL - FISCA	L								1.485.514	
TOTAL - GERAI	=								1.485.514	

^(**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio (*) Prioridade LDO

⁽ÉP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 26000 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Unidade: 26205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R E	E S	G N	M O	U S	F T	DOTAÇÃO
			G	F	D	D	0	E	
6216	MOBILIDADE	URBANA							2.012.835
Φ.		ATIVIDADES							
26 782	6216 4039	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS							612.835
26 782	6216 4039 0002	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	99						
ΣĮ.		VEÍCULO MANTIDO(UNIDADE)0							
45				F	3	90	0	1899.220	612.835
26 782 26 782	6216 4195	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS							350.000
26 782	6216 4195 0001	(***) CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS-PREVENTIVA E CORRETIVA-DER-DF-	99						
		DISTRITO FEDERAL							
		RODOVIA CONSERVADA(KILOMETRO)0							
S				F	3	90	0	1899.220	350.000
		PROJETOS							
26 782	6216 1142	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS							1.050.000
26 782	6216 1142 0003	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DF- PLANO PILOTO .	99						
0		VEÍCULO ADQUIRIDO(UNIDADE)0							
003				F	4	90	0	1899.220	1.050.000
8216	MOBILIDADE	URBANA - GESTÃO E MANUTENÇÃO					•		234.549
52/		PROJETOS							
26 126	8216 1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO							234.549
26 126	8216 1471 0022	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	99						
-27		SISTEMA MELHORADO(UNIDADE)0							
DO				F	4	90	0	1899.220	234.549
TOTAL - FISCA	TOTAL - FISCAL 2.247.384								2.247.384
TOTAL - GERA	L								2.247.384

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

⁽ÉP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 9000

CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Unidade: 9106

252/2024-27 / pg.

9106 ADM. RE

ADM. REG. DE BRAZLÂNDIA

	1	T							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R	S	G	I M		F	DOTAÇÃO
			G	F	D	D	ő	Ė	
6217 SEGURANÇA PARA TODOS 180.000									
ATIVIDADES									
04 122	6217 2426	FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA							180.000
04 122	6217 2426 0048	FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA- ADMINISTRAÇÃO REGIONÁL- BRAZLÂNDIA	4						
		,		F	3	91	0	1500.100	180.000
8205	8205 REGIONAL - GESTÃO E MANUTENÇÃO								375.980
		ATIVIDADES							
04 122	8205 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS							375.980
04 122	8205 8517 0097	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL- BRAZLÂNDIA	4						
				F	3	90	0	1500.100	200.000
				F	4	90	0	1500.100	175.980
TOTAL - FISCAL									555.980
TOTAL - GERAL								_	555.980

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

⁽EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 16000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DF

Unidade: 16101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R	E	G	М	U	F	DOTAÇÃO
		·	E G	S	N D	O D	S O	T	
6219	CAPITAL CU	LTURAL		<u> </u>					7.693.780
		ATIVIDADES							
13 392	6219 2831	REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS							2.623.780
13 392	6219 2831 0001	REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL ATIVIDADE REALIZADA(UNIDADE)0	99						
				F	3	90	0	1500.100	2.623.780
13 392	6219 2962	PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL							70.000
13 392	6219 2962 0001	PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURALDISTRITO FEDERAL	99						
		AÇÃO REALIZADA(UNIDADE)0							
				F	3	90	0	1500.100	70.000
	•	OPERAÇÕES ESPECIAIS			•				
13 392	6219 9075	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS							5.000.000
13 392	6219 9075 0004	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS CULTURAIS-SECRETARIA DE CULTURA-DISTRITO FEDERAL	99						
				F	3	50	0	1500.100	5.000.000
TOTAL - FISCAL									7.693.780
TOTAL - GERAL	-								7.693.780

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

⁽EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

Projeto de Lei s/nº (154505061)

2

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 21000 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE Unidade: 21101 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

U									
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R	E	G	М	U	F	DOTAÇÃO
<u>D</u>		,	Е	S	N	0	S	Т	,
			G	F	D	D	0	E	
8210	MEIO AMBIE	NTE - GESTÃO E MANUTENÇÃO							47.449
₽.		ATIVIDADES							
18 122	8210 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS							47.449
18 122	8210 8517 9661	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-DISTRITO FEDERAL UNIDADE MANTIDA(UNIDADE)0	99						
ח				F	3	90	0	1500.100	47.449
TOTAL - FISCA	L								47.449
TOTAL - GERA	l .								47.449

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio (EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução (EP

Projeto de Lei s/nº (154505061) SEI 04044-00033252/2024-27 / pg.

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO	C
--------------------------------	---

SUPLEMENTAÇÃO

R\$ 1,00

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 24000 SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL Unidade: 24101

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTO FIS	SCAL E DA SEGURIDA	IDE SOCIAL							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R	E	G	М	U	F	DOTAÇÃO
			E G	S F	N D	O D	S	T E	
8217	SEGURANÇ	A - GESTÃO E MANUTENÇÃO		!					1.140.000
		ATIVIDADES							
06 122	8217 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS							1.140.000
06 122	8217 8517 0135	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SSP-DISTRITO FEDERAL	99						
1		UNIDADE MANTIDA(UNIDADE)0							
				F	3	90	0	1500.100	1.140.000
TOTAL - FISCAL	-	•							1.140.000
TOTAL - GERAL					•		•		1.140.000

^(**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio (*) Prioridade LDO

⁽ÉP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO	À	LEI	N
--------------	---	-----	---

TOTAL - GERAL

Orgão: 26000 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Unidade: 26205 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R E	E S	G N	M O	U S	F T	DOTAÇÃO
			G	<u> F</u>	D	D	0	E	
6216	MOBILIDADE								1.458.000
		ATIVIDADES			•				=
26 782	6216 4039	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS							1.458.000
26 782	6216 4039 0002	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS-LEVES E PESADOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL	99						
		VEÍCULO MANTIDO(UNIDADE)0							
				F	3	90	0	1899.220	300.000
				F	3	90	0	1752.237	1.158.000
6217	SEGURANÇ <i>i</i>	A PARA TODOS			•				600.000
		ATIVIDADES							
26 782	6217 2541	POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO							260.000
26 782	6217 2541 0001	POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO-DER-DF-DISTRITO FEDERAL	99						
		AÇÃO REALIZADA(UNIDADE)0							
				F	3	90	0	1752.237	260.000
26 782	6217 4198	MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA							340.000
26 782	6217 4198 0002	(***) MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA-PREVENTIVA E CORRETIVA - DER-DF-DISTRITO FEDERAL SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA MANTIDA(UNIDADE)0	99						
				F	3	90	0	1752.237	340.000
8216	MOBILIDADE	URBANA - GESTÃO E MANUTENÇÃO	1						60.000
		ATIVIDADES							
26 122	8216 8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS							60.000
26 122	8216 8517 9672	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DE PRÓPRIOS - DER-DF-DISTRITO FEDERAL UNIDADE MANTIDA(UNIDADE)0	99						
				F	3	90	0	1752.237	60.000
TOTAL - FISCAI			•						2.118.000

2.118.000

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

⁽EP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução

R\$ 1,00

CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO À LEI Nº

Orgão: 9000

CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Unidade: 9137

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ARNIQUEIRA - RA - XXXIII

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

	ONE E DIT GEOGRADIA	DE 0001/1E							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R	E	G N	M	U	F	DOTAÇÃO
			Ğ	F	D	D	Ö	Ë	
0001 PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS 14.857									
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
28 846	0001 9093	OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES							14.857
28 846	0001 9093 0064	OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - ARNIQUEIRA	33						
7				F	3	90	0	1500.100	14.857
TOTAL - FISCAL 14.8									14.857
TOTAL - GERAL 14.85									14.857

^(*) Prioridade LDO (**) Projeto em Andamento (***) Conservação de Patrimônio

Projeto de Lei s/nº (15450506

⁽ÉP) Emendas Parlamentares ao PLOA (EPP) Emendas Parlamentares às Prioridades de PLDO (EPE) Emendas Parlamentares na Execução



Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Gabinete

Exposição de Motivos Nº 129/2024 SEEC/GAB

Brasília, 21 de outubro de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor **Ibaneis Rocha** Governador do Distrito Federal

Assunto: Minuta de Projeto de Lei (154232317).

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

- 1. Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência minuta de Projeto de Lei (154232317) que abre, nos termos dos art. 61 e 66 da Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2024 (Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023), crédito adicional, no valor R\$ 15.302.964,00 (quinze milhões, trezentos e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais), assim discriminado:
 - Crédito suplementar no valor de R\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e guarenta mil reais), em favor da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, destinado atender despesas com contratos continuados relacionados à ação de manutenção de serviços administrativos gerais;
 - Crédito suplementar no valor de R\$ 7.693.780,00 (sete milhões, seiscentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta reais), em favor da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, visando a realização de chamamento público de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para realizar o prêmio "José Aparecido Oliveira", realização dos festejos por ocasião do Dia da Consciência Negra, eventos e atividades culturais;
 - Crédito suplementar no valor de R\$ 1.485.514,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quatorze reais), em favor do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE, destinado ao pagamento de parcelas não liberadas do PROGRAMA IDEAS;
 - Crédito suplementar no valor de R\$ 4.365.384,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais), em favor do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, destinado atender despesas com serviços de aquisição e manutenção de veículos leves e pesados, conservação corretiva e preventiva de rodovias, e modernização do sistema de informação;
 - Crédito suplementar no valor de R\$ 47.449,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais), em favor da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal, destinado atender despesas com contratos de

- aluguel, condomínio e energia elétrica;
- Crédito suplementar no valor de R\$ 555.980,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil novecentos e oitenta reais), em favor da Administração Regional de Brazlândia - RA IV, destinado atender despesas com energia, água, serviços Administrativos, FUNAP e mobiliários;
- Crédito especial no valor de R\$ 14.857,00 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta e sete reais), em favor da Administração Regional de Arniqueira - RA XXXIII, destinado a criação da ação Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.
- 2. O crédito adicional será financiado na forma do art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação das fontes de recursos: 123 amortização de financiamentos, e 220 diretamente arrecadados; e pela anulação de dotações consignadas no vigente orçamento.
- 3. Nesse sentido, cumpre observar que o encaminhamento da presente proposta, por meio de Projeto de Lei, justifica-se pela inclusão de novas programações no orçamento anual do Distrito Federal, motivo para abertura de crédito especial, na forma do art. 151, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal; e em razão do limite especificado pelo art. 5º, I, da Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023 para abertura de crédito suplementar.
- 4. Ademais, tendo em vista a relevância da matéria, solicitamos requerer a tramitação da proposta em caráter de urgência, na forma do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.
- 5. São essas, Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, as razões que justificam o encaminhamento do Projeto de Lei (154232317) e seu Anexo (153496102).

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **NEY FERRAZ JÚNIOR - Matr.0281927-9, Secretário(a) de Estado de Economia do Distrito Federal**, em 22/10/2024, às 17:52, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



04044-00033252/2024-27

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **154232876** código CRC= **A589045F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 10º andar, Sala 1000 - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

Telefone(s):
Sítio - www.economia.df.gov.br

Doc. SEI/GDF 154232876



Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

Gabinete

Ofício Nº 7648/2024 - SEEC/GAB

Brasília-DF, 21 de outubro de 2024.

A Sua Excelência o Senhor **GUSTAVO DO VALE ROCHA** Secretário de Estado-Chefe Casa Civil do Distrito Federal

com cópia

A Sua Excelência o Senhor

MÁRCIO WANDERLEY DE AZEVEDO

Consultor Jurídico

Consultoria Jurídica

Gabinete do Governador

Assunto: Minuta de Projeto de Lei (154232317).

Senhor Secretário,

- 1. Ao cumprimentá-lo, trata-se de minuta de Projeto de Lei (154232317) que abre, nos termos dos art. 61 e 66 da Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2024 (Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023), crédito adicional, no valor R\$ 15.302.964,00 (quinze milhões, trezentos e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais).
- 2. Em observância ao disposto no art. 3º do <u>Decreto nº 43.130, de 23 de março de 2022</u>, destaco que os autos estão instruídos com os seguintes documentos:
 - Exposição de Motivos № 129/2024— SEEC/GAB (154232876);
 - Nota Jurídica N.º 465/2024 SEEC/AJL/UNOP (154185358); e
 - Nota Técnica N.º 12/2024 SEEC/SEFIN/SUOP/UPROG/ASSEC (153333422).
- 3. Quanto à exigência constante do inciso III, do art. 3º do <u>Decreto nº 43.130</u>, de 23 de março de 2022, informo que "o crédito adicional presente nesse Projeto de Lei, embora tenha o condão de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa, não irá interferir no total das despesas previamente fixadas na Lei Orçamentária anual, por anulação de dotações orçamentárias consignadas no orçamento. No que tange ao excesso de arrecadação haverá acréscimo na Lei Orçamentária anual", conforme descrito na Nota Técnica N.º 12/2024 -

- 4. Observo que consta dos autos minuta de Mensagem (154235448) a ser encaminhada à Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- 5. Ante o exposto, encaminho a minuta de Projeto de Lei (154232317) seu Anexo (153496102), para conhecimento e providências, a fim de subsidiar a deliberação do Excelentíssimo Senhor Governador.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **NEY FERRAZ JÚNIOR - Matr.0281927-9, Secretário(a) de Estado de Economia do Distrito Federal**, em 22/10/2024, às 17:52, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **154236636** código CRC= **6DFFF5A8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 10º andar, Sala 1000 - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

Telefone(s):
Sítio - www.economia.df.gov.br

04044-00033252/2024-27 Doc. SEI/GDF 154236636



Governo do Distrito Federal Casa Civil do Distrito Federal Subsecretaria de Análise de Políticas Governamentais Unidade de Análise de Atos Normativos

Nota Técnica N.º 673/2024 - CACI/SPG/UNAAN

Brasília-DF, 23 de outubro de 2024.

Ao Sr. Subsecretário de Análise de Políticas Governamentais,

Assunto: Minuta de Projeto de Lei. Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 15.302.964,00.

CONTEXTO

- 1.1. Trata-se de minuta de Projeto de Lei (154232317) e Anexo (153496102), apresentada pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (Seec), que visa abrir crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 15.302.964,00.
- 1.2. Ao processo foram juntados os documentos mencionados no artigo 3º, do <u>Decreto nº</u> 43.130, de 2022, a seguir mencionados:
 - I Minuta de Projeto de Lei (154232317) e seu anexo (153496102);
 - II Exposição de Motivos № 129/2024 SEEC/GAB (154232876);
 - III Nota Técnica N.º 12/2024 SEEC/SEFIN/SUOP/UPROG/ASSEC (153333422);
 - IV Nota Jurídica N.º 465/2024 SEEC/AJL/UNOP (154185358);
 - V Declaração de despesas consubstanciado na Nota Técnica N.º 12/2024 SEEC/SEFIN/SUOP/UPROG/ASSEC (153333422), corroborada pelo titular da Pasta no Ofício Nº 7648/2024 SEEC/GAB (154236636).
- 1.3. O processo foi encaminhado à Casa Civil, pelo Ofício Nº 7648/2024 SEEC/GAB (154236636), e distribuído a esta Subsecretaria, pelo Despacho CACI/GAB/ASSESP (154381942), em atendimento ao que disciplina o <u>Decreto nº 43.130, de 2022</u>.
- 1.4. É o relatório.

RELATO

2.1. Preliminarmente, cumpre informar que a competência desta Subsecretaria para análise de proposições de Decretos e Projetos de Lei, no âmbito do Distrito Federal, está disciplinada pelo artigo 4º, do Decreto nº 43.130, de 2022.

- 2.2. Desta feita, a presente Nota Técnica limita-se à análise de conveniência e oportunidade da proposição normativa e a compatibilização da matéria nela tratada com as políticas e diretrizes do Governo, identificação da instrução processual e articulação com os demais órgãos e entidades interessados, conforme dispositivos legais destacados alhures.
- 2.3. Por sua vez, no que diz respeito ao mérito da medida, é de se considerar que é o órgão proponente o responsável pela instituição de Políticas Públicas acerca da matéria, na medida em que detém a expertise e competência para tal. Assim, a presente análise de conveniência e oportunidade diz respeito tão somente à adequação do mérito da medida para harmonizar e articular as definições de políticas públicas no âmbito da gestão governamental.
- 2.4. Conforme relatado, a presente demanda se trata de proposição originária da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, consubstanciada em minuta de Projeto de Lei (154232317) e Anexo (153496102), que visa abrir crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 15.302.964,00.
- 2.5. A demanda veiculada neste processo, no mérito, é justificada por meio da Exposição de Motivos № 129/2024 SEEC/GAB (154232876), que assim dispõe:

"Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência minuta de Projeto de Lei (154232317) que abre, nos termos dos art. 61 e 66 da Lei n° 7.313, de 27 de julho de 2023, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2024 (Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023), crédito adicional, no valor R\$ 15.302.964,00 (quinze milhões, trezentos e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais), assim discriminado:

Crédito suplementar no valor de R\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil reais), em favor da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, destinado atender despesas com contratos continuados relacionados à ação de manutenção de serviços administrativos gerais;

Crédito suplementar no valor de R\$ 7.693.780,00 (sete milhões, seiscentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta reais), em favor da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, visando a realização de chamamento público de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para realizar o prêmio "José Aparecido Oliveira", realização dos festejos por ocasião do Dia da Consciência Negra, eventos e atividades culturais;

Crédito suplementar no valor de R\$ 1.485.514,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quatorze reais), em favor do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE, destinado ao pagamento de parcelas não liberadas do PROGRAMA IDEAS;

Crédito suplementar no valor de R\$ 4.365.384,00 (quatro milhões,

•

trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais), em favor do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, destinado atender despesas com serviços de aquisição e manutenção de veículos leves e pesados, conservação corretiva e preventiva de rodovias, e modernização do sistema de informação;

Crédito suplementar no valor de R\$ 47.449,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais), em favor da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal, destinado atender despesas com contratos de aluguel, condomínio e energia elétrica;

Crédito suplementar no valor de R\$ 555.980,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil novecentos e oitenta reais), em favor da Administração Regional de Brazlândia - RA IV, destinado atender despesas com energia, água, serviços Administrativos, FUNAP e mobiliários;

Crédito especial no valor de R\$ 14.857,00 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta e sete reais), em favor da Administração Regional de Arniqueira - RA XXXIII, destinado a criação da ação Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.

O crédito adicional será financiado na forma do art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação das fontes de recursos: 123 - amortização de financiamentos, e 220 diretamente arrecadados; e pela anulação de dotações consignadas no vigente orçamento.

Nesse sentido, cumpre observar que o encaminhamento da presente proposta, por meio de Projeto de Lei, justifica-se pela inclusão de novas programações no orçamento anual do Distrito Federal, motivo para abertura de crédito especial, na forma do art. 151, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal; e em razão do limite especificado pelo art. 5º, I, da Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023 para abertura de crédito suplementar.

Ademais, tendo em vista a relevância da matéria, solicitamos requerer a tramitação da proposta em caráter de urgência, na forma do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas, Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, as razões que justificam o encaminhamento do Projeto de Lei (154232317) e seu Anexo (153496102)."

2.6. Em cumprimento da exigência do inciso II, do art. 3º, do Decreto nº 43.130, de 2022, a Assessoria Jurídico-Legislativa se manifestou, por meio Nota Jurídica N.º 465/2024 - SEEC/AJL/UNOP (154185358), manifestando-se pela regularidade jurídica da proposição. Confira-se:

"[...]

CONCLUSÃO

Consigna-se, por fim, que são de responsabilidade da área técnica, por extrapolar os limites de competência desta área jurídica, as análises dos cálculos e a elaboração dos anexos do Projeto de Lei em comento, as considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, além dos juízos de conveniência e oportunidade do ato normativo proposto.

Feitas tais considerações, esta Unidade de Orçamento e Pessoal da Assessoria Jurídico-Legislativa, por entender que o ato normativo proposto se encontra em conformidade com os preceitos constitucionais e legais de regências, manifesta-se pela regularidade jurídica da proposição.

Diante de todo o exposto, não se vislumbra óbice jurídico para que o Projeto de Lei em tela seja submetido à apreciação do Senhor Governador do Distrito Federal, sem prejuízo da manifestação da Consultoria Jurídica do Distrito Federal, nos termos do art. 7º do Decreto nº 43.130/2022^[7].

É o entendimento que submeto à consideração superior."

2.7. Quanto à manifestação do Ordenador de Despesas, tem-se a declaração do titular da Pasta consubstanciada no Ofício Nº 7648/2024 - SEEC/GAB (154236636), informando que a proposta em comento não acarreta em aumento de despesas, corroborando os termos apresentados na Nota Técnica N.º 12/2024 - SEEC/SEFIN/SUOP/UPROG/ASSEC (1533333422):

"[...]

Quanto à exigência constante do inciso III, do art. 3º do Decreto nº 43.130, de 23 de março de 2022, informo que "o crédito adicional presente nesse Projeto de Lei, embora tenha o condão de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa, não irá interferir no total das despesas previamente fixadas na Lei Orçamentária anual, por anulação de dotações orçamentárias consignadas no orçamento. No que tange ao excesso de arrecadação haverá acréscimo na Lei Orçamentária anual", conforme descrito na Nota Técnica N.º 12/2024 - SEEC/SEFIN/SUOP/UPROG/ASSEC (153333422)."

- 2.8. Desta feita, não obstante as manifestações de despesa constantes nos autos, verifica-se que não há declaração do ordenador de despesas nos termos do art. 3º, III, do Decreto nº 43.130, de 2022. Assim, indaga-se à Consultoria Jurídica do Distrito Federal se pode se dar por suprida a exigência supramencionada.
- 2.9. Prosseguindo, tem-se que as informações técnicas constantes dos autos são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal SEEC, que, nos termos do art. 23, do Decreto nº 39.610/2019, c/c o Decreto nº 45.433/2024, tem, entre outras, a competência para promover a gestão de pessoas, a gestão tributária, fiscal, contábil, patrimonial e financeira do Distrito Federal, bem como de supervisionar, coordenar e executar a política tributária, compreendendo as atividades de arrecadação, atendimento ao contribuinte, tributação e fiscalização.
- 2.10. Ademais, conforme se observa dos autos, a minuta sob análise foi elaborada e corroborada pelas áreas técnicas competentes para atestar a observância dos requisitos técnicos e legais da proposta, com base nos dados e informações apresentados pelas áreas demandantes.

- 2.11. Destarte, os argumentos apresentados justificam a proposição, ao tempo que estampam a conveniência e a oportunidade administrativas, elementos constitutivos do ato administrativo discricionário. O ato normativo proposto, em tese, soluciona a demanda apresentada, atingindo seus objetivos, razão porque não se vislumbra qualquer impedimento de mérito ao seu prosseguimento.
- 2.12. Sublinha-se, contudo, que a presente manifestação está adstrita às limitações impostas pelas disposições do artigo 4º, do Decreto nº 43.130, de 2022. Ademais, o posicionamento desta Unidade, com relação ao mérito da medida, apoia-se nas manifestações dos setores técnicos da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, órgão proponente, a quem compete instituir políticas públicas a respeito desta matéria, assim como é responsável pelas informações, análises e considerações de ordem técnica que foram prestadas, na medida em que detém a experiência e a competência institucional para este fim.
- 2.13. Por fim, como dito alhures, destaca-se que a presente análise se limita à competência definida para esta Secretaria de Estado insculpida no art. 4º, do <u>Decreto nº 43.130, de 2022</u>, de modo que as adequações jurídicas ou de técnica legislativa da proposição competem à Consultoria Jurídica, conforme artigos 6º e 7º do citado diploma.

CONCLUSÃO

- 3.1. Pelo exposto, esta Subsecretaria não vislumbra óbice de mérito ao prosseguimento do feito, desde que não haja impedimentos de natureza jurídica, **em especial, os relativos à Lei de Responsabilidade Fiscal**, ao tempo em que **sugere pela remessa dos autos à Consultoria Jurídica do Distrito Federal**, para análise e manifestação sobre a constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e qualidade redacional da proposição, em cumprimento aos termos dos artigos 6º e 7º, do <u>Decreto nº 43.130</u>, de 2022, ressalvando as observações quanto à declaração de orçamento.
- 3.2. É o entendimento desta Unidade.
 Acolho a presente Nota Técnica.
 Ao Sr. Subsecretário de Análise de Políticas Governamentais.

Aprovo a Nota Técnica N.º 673/2024 - CACI/SPG/UNAAN

Encaminhem-se os autos ao Gabinete desta Casa Civil, **sugerindo o posterior envio à** Consultoria Jurídica do Distrito Federal.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **RAIMUNDO DIAS IRMÃO JÚNIOR - Matr.1.668.283-1**, **Subsecretário(a) de Análise de Políticas Governamentais**, em 23/10/2024, às 11:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **TAMARA FRANCO SCHMIDT - Matr.1699896-0, Chefe da Unidade de Análise de Atos Normativos**, em 23/10/2024, às 11:46, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO RENAN DE OLIVEIRA LOPES - Matr.1712841-2**, **Assessor(a) Especial**, em 23/10/2024, às 16:48, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **154411788** código CRC= **D9A17CD2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Praça do Buriti, Palácio do Buriti, 1º Andar. - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.casacivil.df.gov.br

04044-00033252/2024-27 Doc. SEI/GDF 154411788

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Jurídico-Legislativa Unidade de Orçamento e Pessoal

Nota Jurídica N.º 465/2024 - SEEC/AJL/UNOP

Brasília-DF, 21 de outubro de 2024.

PROCESSO SEI Nº: 04044-00033252/2024-27

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

ASSUNTO: Projeto de Lei para abertura de crédito adicional ao Orçamento Anual do Distrito Federal (LOA/2024 - Lei nº 7.377/2023), no valor de R\$ 15.302.964,00, em favor da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEF, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal, Administração Regional de Brazlândia - RA IV e da Administração Regional de Arniqueira - RA XXXII.

1. **RELATÓRIO**

- 1.1. Os presentes autos tratam de Projeto de Lei que propõe abertura de crédito adicional na Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal (LOA/2024 Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023), no valor de R\$ 15.302.964,00 (quinze milhões, trezentos e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais), em favor da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal FUNDEF, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal, Administração Regional de Brazlândia RA IV e da Administração Regional de Arniqueira RA XXXII.
- 1.2. Na minuta de Exposição de Motivos, inserida no Memorando nº 417/2024 SEEC/SEFIN/SUOP/UPROG/ASSEC (153333085), a proposição é justificada nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência minuta de projeto de lei que abre, nos termos dos art. 61 e 66 da Lei n° 7.313, de 27 de julho de 2023, ao Orçamento Anual do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 2024 (Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023), crédito adicional, no valor R\$ 15.302.964,00 (quinze milhões, trezentos e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais), assim discriminado:

- . Crédito suplementar no valor de R\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil reais), em favor da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, destinado atender despesas com contratos continuados relacionados à ação de manutenção de serviços administrativos gerais;
- . Crédito suplementar no valor de R\$ 7.693.780,00 (sete milhões, seiscentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta reais), em favor da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, visando a realização de chamamento público de Organizações da

Sociedade Civil (OSC) para realizar o prêmio "José Aparecido Oliveira", realização dos festejos por ocasião do Dia da Consciência Negra, eventos e atividades culturais;

- . Crédito suplementar no valor de R\$ 1.485.514,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quatorze reais), em favor do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE, destinado ao pagamento de parcelas não liberadas do PROGRAMA IDEAS;
- . Crédito suplementar no valor de R\$ 4.365.384,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais), em favor do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, destinado atender despesas com serviços de aquisição e manutenção de veículos leves e pesados, conservação corretiva e preventiva de rodovias, e modernização do sistema de informação;
- . Crédito suplementar no valor de R\$ 47.449,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais), em favor da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal, destinado atender despesas com contratos de aluguel, condomínio e energia elétrica;
- . Crédito suplementar no valor de R\$ 555.980,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil novecentos e oitenta reais), em favor da Administração Regional de Brazlândia - RA IV, destinado atender despesas com energia, água, serviços Administrativos, FUNAP e mobiliários; e
- . Crédito especial no valor de R\$ 14.857,00 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta e sete reais), em favor da Administração Regional de Arniqueira - RA XXXIII, destinado a criação da ação Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.

O crédito adicional será financiado na forma do art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação das fontes de recursos: 123 - amortização de financiamentos, e 220 diretamente arrecadados; e pela anulação de dotações consignadas no vigente orçamento.

O encaminhamento da presente proposta por meio de projeto de lei justifica-se pela inclusão de novas programações no orçamento anual do Distrito Federal, motivo para abertura de crédito especial, na forma do art. 151, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal; e em razão do limite especificado pelo art. 5º, I, da Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023 para abertura de crédito suplementar.

Tendo em vista a relevância da matéria, solicitamos requerer a tramitação da proposta em caráter de urgência, na forma do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

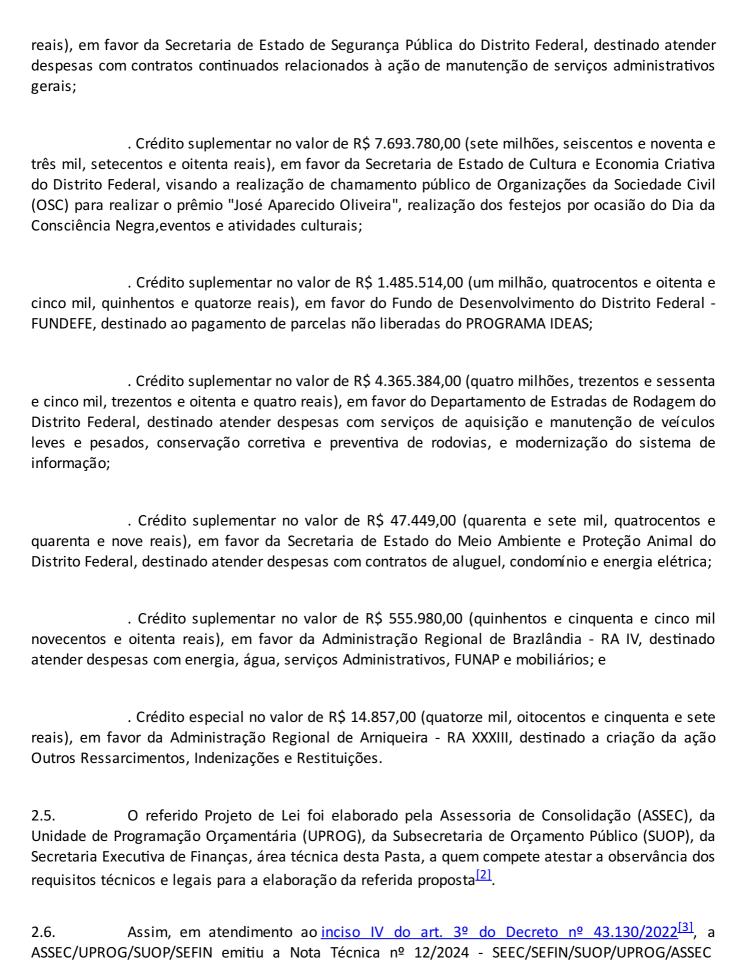
1.3. Instruem os autos os seguintes documentos:

- Anexos do Projeto de Lei (153496102);
- Memorando nº 417/2024 SEEC/SEFIN/SUOP/UPROG/ASSEC (153333085), no qual estão contidos:
 - Projeto de Lei;

- Minuta de Exposição de Motivos;
- Minuta de Mensagem;
- Nota Técnica nº 12/2024 SEEC/SEFIN/SUOP/UPROG/ASSEC (153333422);
- Despacho SEEC/SEFIN/SUOP/UPROG/ASSEC (153546175);
- Despacho SEEC/SEFIN/SUOP/UPROG (153653716);
- Despacho SEEC/SEFIN/SUOP (154102491);
- Despacho SEEC/SEFIN (154125969)
- Despacho SEEC/GAB (154188333)
- 1.4. É o relatório. Passa-se à análise.

2. **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

- 2.1. A proposição de Projeto de Lei a ser submetida à apreciação do Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal deverá observar o procedimento estabelecido no Decreto nº 43.130, de 23 de março de 2022, competindo à Assessoria Jurídico-Legislativa se manifestar sobre a regularidade jurídica da proposição, apontando a constitucionalidade, a legalidade, os dispositivos legais que fundamentam a validade da proposição, bem como as normas que serão afetadas ou revogadas, conforme dispõe o art. 3º, inciso II [1], do mencionado Decreto.
- 2.2. Destaca-se, inicialmente, que a presente análise parte da premissa de que a documentação e as informações carreadas aos autos são idôneas, e restringe-se aos aspectos jurídicos da proposição legiferante, não abarcando questões técnicas, econômicas, procedimentais, ou relativas a sua oportunidade e conveniência, recomendando que, em relação a esses pontos, sejam ouvidos os órgãos técnicos e (ou) gestores competentes.
- 2.3. Desse modo, impende salientar que a manifestação jurídica desta Unidade de Orçamento e Pessoal, da Assessoria Jurídico-Legislativa, como espécie de ato administrativo enunciativo, possui natureza meramente opinativa, não tendo o condão de vincular as autoridades competentes, a quem cabe a decisão final, dentro das respectivas alçadas.
- 2.4. A proposição legislativa ora em análise, consoante minuta de Exposição de Motivos (153333085), visa à abertura de crédito adicional à Lei Orçamentária de 2024, <u>Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023</u>, nas seguintes modalidades:
 - . Crédito suplementar no valor de R\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil



(153333422), por meio da qual esclareceu o que se segue quanto à proposição em tela: A presente proposta de Projeto de Lei objetiva abertura de crédito

adicional ao orçamento anual - Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023 (LOA/2024), no valor de R\$ 15.302.964,00 (quinze milhões, trezentos e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais), assim discriminado:

- . Crédito suplementar no valor de R\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil reais), em favor da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, destinado atender despesas com contratos continuados relacionados à ação de manutenção de serviços administrativos gerais;
- . Crédito suplementar no valor de R\$ 7.693.780,00 (sete milhões, seiscentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta reais), em favor da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, visando a realização de chamamento público de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para realizar o prêmio "José Aparecido Oliveira", realização dos festejos por ocasião do Dia da Consciência Negra, eventos e atividades culturais;
- . Crédito suplementar no valor de R\$ 1.485.514,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quatorze reais), em favor do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE, destinado ao pagamento de parcelas não liberadas do PROGRAMA IDEAS;
- . Crédito suplementar no valor de R\$ 4.365.384,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais), em favor do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, destinado atender despesas com serviços de aquisição e manutenção de veículos leves e pesados, conservação corretiva e preventiva de rodovias, e modernização do sistema de informação;
- . Crédito suplementar no valor de R\$ 47.449,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais), em favor da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal, destinado atender despesas com contratos de aluguel, condomínio e energia elétrica;
- . Crédito suplementar no valor de R\$ 555.980,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil novecentos e oitenta reais), em favor da Administração Regional de Brazlândia - RA IV, destinado atender despesas com energia, água, serviços Administrativos, FUNAP e mobiliários; e
- . Crédito especial no valor de R\$ 14.857,00 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta e sete reais), em favor da Administração Regional de Arniqueira - RA XXXIII, destinado a criação da ação Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.

O crédito adicional será financiado na forma do art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação das fontes de recursos: 220 – diretamente arrecadados, e 123 – amortização de financiamentos; e pela anulação de dotações consignadas no vigente orçamento.

O encaminhamento da presente proposta por meio de projeto de lei justifica-se pela inclusão de novas programações no orçamento anual do Distrito Federal, motivo para abertura de crédito especial, na forma do art. 151, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal; e em razão do limite especificado pelo art. 5º, I, da Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023 para abertura de crédito suplementar.

Pela análise dos autos, o crédito adicional presente nesse Projeto de Lei, embora tenha o condão de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa, não irá interferir no total das despesas previamente fixadas na Lei Orçamentária anual, por anulação de dotações orçamentárias consignadas no orçamento. No que tange ao excesso de arrecadação haverá acréscimo na Lei Orçamentária anual.

As solicitações de alterações orçamentárias foram efetivadas por meio dos processos SEI: 04022-00000626/2024-59 (Administração Regional de Arniqueira - RA XXXIII), 00133-00001218/2024-24 (Administração Regional de Brazlândia - RA IV), 00050-00007931/2024-38 (Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal), 00150-00006284/2024-09, 00150-00005495/2024-16, 00150-00005903/2024-30 e 00150-00005540/2024-32 (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal), 04035-00008499/2024-14 (Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE), 00113-00020801/2024-17 e 00113-00020617/2024-69 (Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal), 04039-00001804/2024-34 (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal).

A Assessoria de Consolidação - ASSEC, da Unidade de Programação Orçamentária - UPROG, da Subsecretaria de Orçamento Público - SUOP, da Secretaria Executiva de Finanças, Orçamento e Planejamento - SEFIN, elaborou a Minuta de Projeto de Lei, Minuta de Exposição de Motivos da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e Minuta da Mensagem do Governador à Câmara Legislativa do Distrito Federal e consolidou os Anexos na forma processada pela Coordenação de Saúde, Educação e Áreas Sociais — COESA, Coordenação de Mobilidade, Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico — CODIM e Coordenação de Gestão Territorial, Segurança, Meio Ambiente e Gestão — COGET, da Unidade de Programação Orçamentária - UPROG, da Subsecretaria de Orçamento Público - SUOP, da Secretaria Executiva de Finanças - SEFIN.

Dessa forma, o Poder Executivo submete ao Poder Legislativo o presente Projeto de Lei nos termos dos artigos 61 e 66 da Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023 (LDO/2024).

- 2.7. Desse modo, relativamente ao objetivo da proposta legislatival em apreço, cumpre ressaltar que, nos termos do <u>art. 40 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964</u>, os créditos adicionais são autorizações para despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária. Os créditos suplementares se destinam ao reforço de dotações orçamentárias existentes, já os créditos especiais às despesas que não possuem dotação orçamentária específica, segundo <u>incisos I e II do art. 41 da referida Lei Federal [41]</u>.
- 2.8. A abertura de créditos suplementares ou especiais depende de autorização legislativa, conforme dispõe o <u>art. 167, V, da Constituição Federal</u>, que possui preceito idêntico no <u>art. 151, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal</u>. *In verbis*:

São vedados:

[...];

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

[...].

2.9. Além de prévia autorização legislativa, o Projeto de Lei que visa à abertura de crédito adicional deve respeitar o normativo inscrito no <u>art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964</u>, bem como nos <u>arts. 32, 61 e 66, da Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023 (LDO/2024)</u>, e no <u>Decreto nº 32.598</u>, de <u>15 de dezembro de 2010</u>. Assim, confira-se:

Lei Federal nº 4.320. de 1964

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

[...];

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

[...].

Lei nº 7.313/2023 (LDO/2024)

Art. 61. Os projetos de lei de créditos adicionais apresentados à Câmara Legislativa do Distrito Federal devem obedecer à forma e aos detalhamentos estabelecidos na Lei Orçamentária Anual e no Quadro de Detalhamento da Despesa.

[...].

Art. 66. Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Legislativa do Distrito Federal são considerados automaticamente abertos com a publicação da respectiva lei no Diário Oficial do Distrito Federal.

Decreto nº 32.598, de 2010

Art. 16. São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA.

Art. 17. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e que dependerão de autorização legislativa; [...].

Art. 22. O ato de abertura de crédito adicional fará referência expressa a:

I – tipo de crédito;

II – esfera orçamentária;

III – unidade orçamentária;

IV – função, subfunção, programa, ação e subtítulo, natureza da despesa, identificador de uso - IDUSO e fonte de recursos.

No que diz respeito à determinação do inciso III do art. 3º do Decreto nº 43.130/2022 5, impende registrar que a ASSEC/UPROG/SUOP/SEFIN atestou, também, em sua manifestação técnica (153333422), que "[...] o crédito adicional presente nesse Projeto de Lei, embora tenha o condão de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa, não irá interferir no total das despesas previamente fixadas na Lei Orçamentária anual, pois será financiado pela anulação de dotações orçamentárias consignadas no orçamento, e de recursos de vetos da reserva de contingência".

2.11. Outrossim, importa destacar que o Governador do Distrito Federal possui competência privativa para a iniciativa do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, conforme dispõe o <u>art. 71, §1º, inciso V, da LODF</u>:

Art. 71. A iniciativa das leis complementares e ordinárias, observada a forma e os casos previstos nesta Lei Orgânica, cabe:

[...];

II – ao Governador;

[...].

§ 1º Compete privativamente ao Governador do Distrito Federal a iniciativa das leis que disponham sobre:

[...];

V - plano plurianual, orçamento anual e diretrizes orçamentárias.

[...].

- 2.12. Destarte, da análise do presente Projeto de Lei, bem como de seus anexos, verifica-se que restou atendida a legislação incidente à espécie, na medida em que:
 - i) A alteração será formalizada por Lei específica, de iniciativa do Governador do Distrito Federal (153333085);
 - ii) Houve a devida indicação dos recursos correspondentes ao crédito pretendido, os quais são provenientes:

do excesso de arrecadação das fontes de recursos: 220 — diretamente arrecadados, e 123 — amortização de financiamentos - (Anexo I (153496102))

pela anulação de dotações consignadas no vigente orçamento. - Anexos II e III (153496102)

- iii) Houve a devida indicação de suplementação em igual valor Anexos IV, V e VI (153496102).
- 2.13. Ademais, quanto aos aspectos formais, para melhor adequar a proposta em tela ao disposto na <u>Lei Complementar nº 13, de 03 de setembro de 1996</u>, **especialmente no art. 50, IV**^[6], que veda a reprodução por extenso dos números que indiquem valor, e no <u>Manual de Comunicação Oficial do Governo do Distrito Federal, esta Assessoria apresenta nova minuta, na forma da Proposta SEEC/AJL/UNOP 1(54191559), mantendo-se, contudo, inalterados os Anexos (153496102).</u>

3. **CONCLUSÃO**

3.1. Consigna-se, por fim, que são de responsabilidade da área técnica, por extrapolar os limites de competência desta área jurídica, as análises dos cálculos e a elaboração dos anexos do

Projeto de Lei em comento, as considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, além dos juízos de conveniência e oportunidade do ato normativo proposto.

- 3.2. Feitas tais considerações, esta Unidade de Orçamento e Pessoal da Assessoria Jurídico-Legislativa, por entender que o ato normativo proposto se encontra em conformidade com os preceitos constitucionais e legais de regências, manifesta-se pela regularidade jurídica da proposição.
- 3.3. Diante de todo o exposto, não se vislumbra óbice jurídico para que o Projeto de Lei em tela seja submetido à apreciação do Senhor Governador do Distrito Federal, sem prejuízo da manifestação da Consultoria Jurídica do Distrito Federal, nos termos do art. 7º do Decreto nº 43.130/2022^[7].

É o entendimento que submeto à consideração superior.

ALINE MOURÃO TERRA ROSA

Assessora Especial Unidade de Orçamento e Pessoal

De acordo.

À Chefia da Assessoria Jurídico-Legislativa para conhecimento e deliberação.

VANESSA GASPARINI CASTRO

Chefe da Unidade de Orçamento e Pessoal-substituta Assessoria Jurídico-Legislativa

- I Trata-se de análise de Projeto de Lei que propõe a abertura de crédito adicional na Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal (LOA/2024 Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023), no valor de R\$ R\$ 15.302.964,00 (quinze milhões, trezentos e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais), em favor da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal FUNDEF, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal, Administração Regional de Brazlândia RA IV e da Administração Regional de Arniqueira RA XXXII.
- II A Unidade de Orçamento e Pessoal desta Assessoria Jurídico-Legislativa se manifestou por meio da Nota Jurídica nº 465/2024 SEEC/AJL/UNOP (154185358), a qual acolho por seus próprios e jurídicos fundamentos. Além disso, para melhor adequar o Projeto de Lei em tela ao disposto na Lei Complementar nº 13, de 03 de setembro de 1996, especialmente no art. 50, IV, que veda a reprodução por extenso dos números que indiquem valor, e no Manual de Comunicação Oficial do Governo do Distrito Federal, a referida Unidade apresentou a Proposta SEEC/AJL/UNOP (154191559), mantendose, contudo, inalterados os Anexos.
- III Assim, encaminho os autos ao Gabinete desta Pasta, para deliberação do Sr. Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal.

CRISTIANO RODRIGUES BRANDÃO

Subchefe da Assessoria Jurídico-Legislativa-substituto Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal

[1] Dec. nº 43.130/2022. Art. 3º A proposição de projeto de lei ou de decreto será autuada pelo órgão ou entidade proponente e encaminhada pelo respectivo Secretário de Estado, ou pelo Secretário de Estado ao qual o órgão ou entidade esteja vinculado, à Casa Civil do Distrito Federal, para análise de conveniência e oportunidade, acompanhada de: [...];

II - manifestação da assessoria jurídica do órgão ou entidade proponente que deve abranger:

a) os dispositivos constitucionais ou legais que fundamentam a validade da proposição;

b) as consequências jurídicas dos principais pontos da proposição;

c) as controvérsias jurídicas que envolvam a matéria;

d) os fundamentos que sustentam a competência do Governador para disciplinar a matéria;

e) as normas a serem revogadas com edição do ato normativo;

f) a demonstração de que a proposta não invade a competência, material ou formal, da União ou de outro ente Federativo, bem como a indicação de que a iniciativa é também do Poder Executivo do Distrito Federal, nas hipóteses de competência concorrente.

g) a análise de constitucionalidade, legalidade e legística;

[...].

[2] Regimento Interno da Secretaria de Estado de Economia - Portaria SEEC nº 140, de 2021. Anexo Único.

Art. 31. À Assessoria de Consolidação – ASSEC, unidade orgânica de assessoramento, diretamente subordinada à Unidade de Programação Orçamentária, compete:

I - elaborar minutas de portarias, decretos e projetos de lei de alterações à Lei Orçamentária Anual;

II - elaborar exposição de motivos, mensagens, inclusive de vetos aos projetos de créditos adicionais;

III - analisar e processar as emendas parlamentares de créditos adicionais, acompanhar seu trâmite e prestar esclarecimentos; IV - analisar e consolidar os anexos de alterações orçamentárias;

V-contabilizar e ajustar os créditos de alterações orçamentárias;

VI - acompanhar o processo de aprovação e publicação de atos de alteração orçamentária; e

VII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

[3] Dec. nº 43.130/2022. Art. 3º [...]:

[...];

IV - manifestação técnica sobre o mérito da proposição, contendo:

a) a análise do problema que o ato normativo visa solucionar, identificando a natureza, o alcance, as causas da necessidade e as razões para que o Poder Executivo intervenha no problema;

b) os objetivos das ações previstas na proposta, com os resultados e os impactos esperados com a medida;

c) as metas e os indicadores para acompanhamento e avaliação dos resultados;

d) a enumeração das alternativas disponíveis, considerando a situação fático-jurídica do problema que se pretende resolver;

e) nas hipóteses de proposta de implementação de política pública, deverá ser demonstrada a relação existente entre a causa do problema, as ações propostas e os resultados esperados;

f) o prazo para implementação, quando couber;

g) a análise do impacto da medida sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição, se for o caso;

h) a descrição histórica das políticas anteriormente adotadas para o mesmo problema, as necessidades e as razões pelas quais foram descontinuadas, se for o caso;

i) a metodologia utilizada para a análise prévia do impacto da proposta, bem como das informações técnicas que apoiaram a elaboração dos pareceres de mérito;

[...].

[4] Lei nº 4.320/1964. Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I-suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

[5] Dec. nº 43.130/2022. Art. 3º [...]:

[...];

III - declaração do ordenador de despesas:

a) informando que a medida não gera impacto orçamentário-financeiro aos cofres públicos do Distrito Federal, bem como aos seus órgãos e

b) no caso em que a proposta implicar renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas, informando, cumulativamente:

1. a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, da qual deverá constar, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas;

2. a adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) quando se tratar de despesa obrigatória de caráter continuado, deverá ser demonstrada a origem dos recursos para seu custeio;

[...].

[6] LC nº 13/1996. Art. 50. As leis serão redigidas com precisão, clareza, coesão e concisão, levando-se em conta os princípios seguintes: [...];

IV – os números que indiquem quantidade, fração, percentagem, medida ou valor, quando empregados nas frases, são expressos por algarismos arábicos ou, conforme a tradição, por algarismos romanos, vedada a reprodução por extenso entre parêntesis;

[7] Dec. nº 43.130/2022. Art. 7º Compete à Consultoria Jurídica do Distrito Federal, na análise de proposições de projeto de lei ou de decreto: I - concluir sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade da proposição com o ordenamento jurídico.

II - proceder à revisão final de redação e de técnica legística da proposição, podendo retificar inadequações de linguagem e imprecisões, bem como alterar a proposta para adequá-la à orientação do Governador:

III - articular-se com as unidades jurídicas dos órgãos proponentes sobre assuntos de natureza jurídica que envolvam atos do Governador, quando necessário.

§ 1º Verificada a inexistência de óbice pela Consultoria Jurídica do Distrito Federal, a proposição será encaminhada à Casa Civil do Distrito Federal para submeter à apreciação do Governador.

§ 2º A Consultoria Jurídica deve restituir os autos ao proponente em caso de proposta inconstitucional ou ilegal, com a justificativa para o não seguimento, cabendo ao órgão proponente superar o óbice encontrado, se for o caso.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RODRIGUES BRANDÃO - Matr.0125334-4**, **Subchefe da Subchefia substituto(a)**, em 21/10/2024, às 15:41, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por VANESSA GASPARINI CASTRO - Matr.0283489-8, Chefe da Unidade de Orçamento e Pessoal substituto(a), em 21/10/2024, às 15:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE MOURÃO TERRA ROSA - Matr.0283580-0**, **Assessor(a) Especial.**, em 21/10/2024, às 15:57, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **154185358** código CRC= **478BB14A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 10º andar, Sala 1005 - Bairro Zona Œvico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF 3313-8409/8406

04044-00033252/2024-27 Doc. SEI/GDF 154185358



informação;

Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal Unidade de Programação Orçamentária Assessoria de Consolidação

Nota Técnica N.º 12/2024 - SEEC/SEFIN/SUOP/UPROG/ASSEC

Brasília-DF, 10 de outubro de 2024.

ASSUNTO: Crédito Adicional, no valor de R\$ 15.302.964,00 (quinze milhões, trezentos e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais).

NOTA TÉCNICA
A presente proposta de Projeto de Lei objetiva abertura de crédito adicional ao orçamento anual - Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023 (LOA/2024), no valor de R\$ 15.302.964,00 (quinze milhões, trezentos e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais), assim discriminado:
. Crédito suplementar no valor de R\$ 1.140.000,00 (um milhão, cento e quarenta mil reais), em favor da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, destinado atender despesas com contratos continuados relacionados à ação de manutenção de serviços administrativos gerais;
. Crédito suplementar no valor de R\$ 7.693.780,00 (sete milhões, seiscentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta reais), em favor da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal, visando a realização de chamamento público de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para realizar o prêmio "José Aparecido Oliveira", realização dos festejos por ocasião do Dia da Consciência Negra, eventos e atividades culturais;
. Crédito suplementar no valor de R\$ 1.485.514,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quatorze reais), em favor do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE, destinado ao pagamento de parcelas não liberadas do PROGRAMA IDEAS;
. Crédito suplementar no valor de R\$ 4.365.384,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta

. Crédito suplementar no valor de R\$ 47.449,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais), em favor da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal, destinado atender despesas com contratos de aluguel, condomínio e energia elétrica;

e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais), em favor do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, destinado atender despesas com serviços de aquisição e manutenção de veículos leves e pesados, conservação corretiva e preventiva de rodovias, e modernização do sistema de

. Crédito suplementar no valor de R\$ 555.980,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil novecentos e oitenta reais), em favor da Administração Regional de Brazlândia - RA IV, destinado atender despesas com energia, água, serviços Administrativos, FUNAP e mobiliários; e

. Crédito especial no valor de R\$ 14.857,00 (quatorze mil, oitocentos e cinquenta e sete reais), em favor da Administração Regional de Arniqueira - RA XXXIII, destinado a criação da ação Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições.

O crédito adicional será financiado na forma do art. 43, § 1º, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação das fontes de recursos: 220 diretamente arrecadados, e 123 – amortização de financiamentos; e pela anulação de dotações consignadas no vigente orçamento.

O encaminhamento da presente proposta por meio de projeto de lei justifica-se pela inclusão de novas programações no orçamento anual do Distrito Federal, motivo para abertura de crédito especial, na forma do art. 151, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal; e em razão do limite especificado pelo art. 5º, I, da Lei nº 7.377, de 29 de dezembro de 2023 para abertura de crédito suplementar.

Pela análise dos autos, o crédito adicional presente nesse Projeto de Lei, embora tenha o condão de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa, não irá interferir no total das despesas previamente fixadas na Lei Orçamentária anual, por anulação de dotações orçamentárias consignadas no orçamento. No que tange ao excesso de arrecadação haverá acréscimo na Lei Orçamentária anual.

As solicitações de alterações orçamentárias foram efetivadas por meio dos processos SEI: 04022-00000626/2024-59 (Administração Regional de Arniqueira - RA XXXIII), 00133-00001218/2024-24 (Administração Regional de Brazlândia - RA IV), 00050-00007931/2024-38 (Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal), 00150-00006284/2024-09, 00150-00005495/2024-16, 00150-00005903/2024-30 e 00150-00005540/2024-32 (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal), 04035-00008499/2024-14 (Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal - FUNDEFE), 00113-00020801/2024-17 e 00113-00020617/2024-69 (Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal), 04039-00001804/2024-34 (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal).

A Assessoria de Consolidação - ASSEC, da Unidade de Programação Orçamentária -UPROG, da Subsecretaria de Orçamento Público - SUOP, da Secretaria Executiva de Finanças, Orçamento e Planejamento - SEFIN, elaborou a Minuta de Projeto de Lei, Minuta de Exposição de Motivos da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e Minuta da Mensagem do Governador à Câmara Legislativa do Distrito Federal e consolidou os Anexos na forma processada pela Coordenação de Saúde, Educação e Áreas Sociais – COESA, Coordenação de Mobilidade, Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico – CODIM e Coordenação de Gestão Territorial, Segurança, Meio Ambiente e Gestão – COGET, da Unidade de Programação Orçamentária - UPROG, da Subsecretaria de Orçamento Público - SUOP, da Secretaria Executiva de Finanças - SEFIN.

Dessa forma, o Poder Executivo submete ao Poder Legislativo o presente Projeto de Lei nos termos dos artigos 61 e 66 da Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023 (LDO/2024).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ANDREY MOTA CANTANHEDE - Matr.0271963-0**, **Chefe da Unidade de Programação Orçamentária**, em 14/10/2024, às 18:01, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **153333422** código CRC= **15A9FA76**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Anexo do Buriti 10º andar sala 1006 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): 3414-6283
Sítio - www.economia.df.gov.br

04044-00033252/2024-27 Doc. SEI/GDF 153333422